

## Nos tempos da “petit paris”: a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930)

Rodrigo Ribeiro Paziani<sup>1</sup>

**Resumo:** Em decorrência da nova dinâmica capitalista gerada pelos efeitos da expansão na atividade cafeeira, aqueles lugarejos, quase inhóspitos, feitos de um aglomerado de casinhas, de repente, foram tomados por uma pressa de atingir as benesses do “progresso” e da “civilização” graças à marcha avassaladora da economia cafeeira em direção ao território paulista. A proposta deste artigo será compreender os fenômenos da modernidade e da urbanização através de um “estudo de caso”, Ribeirão Preto – cidade que ficou conhecida pelo título de “Petit Paris” da Zona Mogiana – no objetivo de contribuir para o debate do processo urbano no país no período de 1880 a 1930.

**Palavras-Chave:** Ribeirão Preto, estudo de caso, modernização urbana.

**Abstract:** In result of the new capitalist dynamics generated by the effect of the expansion in coffee activity, those lugarejos, almost inhospitable, made by an accumulation of little houses, suddenly, had been taken by a haste to reach benesses of the “progress” and the “civilization” thanks to the overwhelming march of the coffee economy in direction to the São Paulo territory. The proposal of this article will be to understand the phenomena of modernity and the urbanization through a “study of case”, Ribeirão Preto - city that was known for the heading of “Petit Paris” of Mogiana’s Zone - in the objective to contribute for the debate the urban process in the Brazil in the period from 1880 to 1930.

**Keywords:** Ribeirão Preto, case study, urban modernization.

### Introdução

O propósito deste artigo será o de compreender o processo histórico de urbanização de Ribeirão Preto, entre os anos de 1880 e 1930, contexto no qual a cidade (como o município) adquiria importância não apenas “regional”, mas também nacional e internacional, graças à hegemonia da economia, ou se preferirmos, “cultura cafeeira” (PAZIANI, 2004), já que podemos falar na formação de uma rede de atividades ligadas direta ou indiretamente ao café.

Ribeirão Preto é conhecida, já há algumas décadas, como a “Califórnia Brasileira” e, mais recentemente, como a “Capital Brasileira do Agronegócio”, em virtude do franco desenvolvimento agrícola, industrial e urbano que a tornou uma terra de oportunidades e a levou ao status de “capital regional” do Estado. Cabe, porém, ao historiador lembrar aos mais apressados que o seu recente desenvolvimento está indissociavelmente ligado aos fios quase invisíveis (CALVINO, 1999) do seu “passado”: tempo jamais “resgatado”, mas potencialmente “refigurado” (RICOEUR, 1997) pelo historiador que tem a sensibilidade de ressemantizar e ressignificar experiências urbanas (SALGUEIRO, 2004).

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (1998) e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (2004). Docente nos cursos de História e Pedagogia da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). Coordenador do curso de História (FEF).

Há mais de duas décadas, a historiografia centrada no tema das cidades tem elaborado uma série de importantes estudos acerca das diferentes experiências de modernidade e urbanização em capitais e cidades portuárias brasileiras entre o Segundo Reinado e a Primeira República (NEEDELL, 1993; SEVCENKO, 1995; SALGUEIRO, 1995; LANNA, 1996; CHALHOU, 1996; PESAVENTO, 1999). Se, por um lado, estamos cientes de que a historiografia das “grandes cidades” contribuiu enormemente para uma requalificação teórica e metodológica da temática urbana, por outro, desejamos apontar para uma “outra” historiografia, a das pequenas cidades do interior paulista que, na senda de um “balcão de negócios” gerado pela economia cafeeira, transformaram-se não apenas em centros de produção agrícola, mas num território onde brotou uma “civilização material” (BRAUDEL, 1995; DOIN, 2001).

Estas as razões de se escolher um “estudo de caso”. Ele exige que inscrevamos a temática numa perspectiva tal que possibilite evidenciar as especificidades históricas de uma cidade/região e suas múltiplas dimensões (os marcos de pedra, os projetos, os atores, as tramas, os comportamentos, as ações, os conflitos) através das relações entre o que é produzido e vivido “no local” e aquilo que situa-se para “além do local” (GEERTZ, 1989; BIRSACK, p. 111-112 In HUNT, 1995; SANTOS, 2002).

### **Entre o local e o global: Ribeirão Preto, um estudo de caso**

Principais responsáveis pelo aumento das exportações nacionais e por uma intensa circulação de capitais voltados à expansão de outros setores da economia, os “negócios” ligados direta ou indiretamente ao café (comércio, indústria, ferrovias, bancos, imigração etc.) permitiram ao país não apenas suportar os efeitos de crises nacionais e internacionais, mas também levar a frente um processo de modernização que veio atender às demandas dos novos setores dominantes, ligados ao “mundo do café”.

Entre 1850 e 1930, contexto histórico no qual a rubiácea conquistara o status de segundo maior “produto-mundo” (superado pelo petróleo) e o Estado de São Paulo de a “locomotiva” da federação brasileira, a expansão e a lucratividade do setor agro-exportador fomentou uma dinamização econômica de atividades urbano-industriais, não apenas na capital, mas especialmente em direção do interior de São Paulo.

Invadido pela “Onda Verde” – para usar uma feliz (embora perversa) expressão de Monteiro Lobato (1969, p. 08-10) – esse cadinho mal delineado e quase inóspito do território paulista até meados do dezenove, em poucos anos foi impelida a inserir-se no turbilhão de

transformações globais do capitalismo a que denominamos de modernidade (BENJAMIN, 1994; BERMAN, 1997; BALANDIER, 1997; BAUMAN, 1999).

Representadas pelos impactos da “Revolução Científico-Tecnológica” (SEVCENKO, 1998, p. 10-11) e das “Exposições Universais” (PESAVENTO, 1997), as experiências de modernidade caracterizavam-se por um imaginário fortemente centrado em projetos de modernização – as principais cidades-capitais européias como Londres, Paris, Viena etc. (MUMFORD, 1998, p. 386)<sup>2</sup> – desejados por autoridades políticas, especuladores imobiliários, bancos, engenheiros e empresários do setor urbano. Aqueles eram os tempos da “Belle Époque”... (HOBSBAWN, 1987; SCHORSKE, 1988)

Seduzidos pelo mito de Paris, fenômeno “desterritorial” irradiado por todo o Ocidente (PESAVENTO, 1999)<sup>3</sup>, e dispostos a eliminar as cenas de “atraso” e “barbárie” de uma sociedade historicamente ferreteada por epidemias, maus hábitos, pobreza etc. (NEEDELL, 1994; ARAÚJO, 1993), os homens da elite brasileira decidiram, sob os signos do “bota-abaixo” (COSTA & SCHWARCZ, 2000, p. 27-29) e da “ideologia da higiene” (CHALHOUB, 1996), “civilizar” o país transformando suas capitais e/ou cidades portuárias em “cartões-postais” para o mundo.

Essa “bela época”, repleta de (in)certezas, dramas e fantasmagorias do “progresso” (HOBSBAWN, 2004), não foi privilégio de grandes cidades: o imaginário da modernidade se alastrou rapidamente em direção das modorrentas, mas promissoras aglomerações urbanas do interior do Estado de São Paulo (DOIN, 2001) na senda de uma febre que coincidia com a expansão da cafeicultura, atividade que exigia uma circulação de capitais, braços, especialmente de imigrantes (DURHAM, 1966; DI GIANNI, 1997) e mercadorias, e que se acelerou após a constituição de grandes empresas de serviços públicos (SAES, 1986) que levavam os trilhos de ferro por todo o Estado e criavam verdadeiras “bacias ferroviárias” (MATOS, 1974).

Seguindo impávido ladrilhando as cidades outrora semeadas, o “Rei Café” desbordava os limites estaduais de São Paulo, levando as fantasmagorias do progresso que pululavam quase simultaneamente ao surgimento de fazendas e à produção agrícola, o que as colocava sob o signo da ambivalência (BAUMAN, 1999, p. 10). Desse modo, os elementos da crença burguesa na modernidade chegavam sôfregos àquelas pequenas cidades em floração: mal eram assimilados pelos “capias”, e rapidamente desmanchavam-se no ar (DOIN, 2001, p. 308). Como afirmou José Evaldo de Mello Doin:

---

<sup>2</sup> Segundo Mumford, capitais como Moscou, São Petersburgo e Viena tinham uma população de 200.000 habitantes, Paris com cerca de 600.000 habitantes e Londres com 800.000 habitantes.

<sup>3</sup> Trata-se das representações e imagens coletivas ligadas aos ideais e projetos urbanísticos de intervenção na capital francesa antes e durante o governo do prefeito George-Eugene Haussmann (1853-1870).

“Essa expansão (para o “Oeste” paulista) estabeleceu a enorme dianteira das terras do café sobre as outras regiões do país. O mundo do *coffee business* se engalanava e se tornava sofisticado. Enriquecida, sua elite queria a todo custo modernizar-se. Aquelas vilzinhas, aqueles lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as *benesses* do *progresso* e da *civilização*, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa. Rápido, crescem e tomam forma de cidades. Centros bafejados pela força da grana que construía e destruía coisas belas. Admirável mundo novo que mesclava sem possibilidades de separação o arcaico e o moderno [...]” (DOIN, 2000, p. 24-25)

Nesta saga expansionista e modernizadora, Ribeirão Preto se transformou não apenas em epicentro da produção cafeeira nacional, como também numa região privilegiada do Estado integrada a um circuito de negócios, sociabilidades, lazeres e empreendimentos que a fizeram conhecida no princípio do século XX por “Le Pays du Café” e “Petit Paris”.

Surgida de um lento processo de doações de terras, mais ou menos entre 1845 e 1860, por entrantes mineiros – caso das famílias Junqueira, Alves Pereira e Reis Araújo – para a construção de uma igreja (EMBOABA, 1955; LAGES, 1996, BACELLAR & BRIOSCHI, 1999), Ribeirão Preto adquire fórum de localidade ao tornar-se comarca de São Simão em 1856, freguesia no ano de 1870 e, um ano depois, na vila de São Sebastião do Ribeirão Preto. Entre 1878 e 1879, a Câmara de Vereadores (fundada em 1874) chegou a nomeá-la de “Entre-Rios” (os rios Pardo e Mogi-Guaçu) (CIONE, 1987, p. 103-104)<sup>4</sup>, mas dois anos depois reassumiu sua antiga denominação: Ribeirão Preto (já sem o nome do padroeiro). Finalmente, a cidade foi reconhecida por lei provincial somente em abril de 1889.

Local de passagem obrigatória para os tropeiros que transportavam o sal de “Goyazes” e o ouro das Minas Gerais ao litoral, abastecida por um pequeno comércio de gêneros alimentícios, a região de Ribeirão Preto revelou suas potencialidades graças às propagandas jornalísticas dos pioneiros Luis Pereira Barreto e Martinho Prado Júnior que, entre 1876 e 1877 (CIONE, 1987, p. 108; PRADO JÚNIOR, 1943, p. 345), visitaram suas terras úberes referindo-se ao mito do

---

<sup>4</sup> O memorialista Rubem Cione questionou a hipótese de que o nome “Entre-Rios” se devesse aos rios Pardo e Mogi-Guaçu, pois ambos nasciam bem distante da localidade, defendendo a tese de que “Entre-Rios”, na verdade, se refere a dois córregos que cruzam a atual zona central da cidade, os córregos Ribeirão Preto e Retiro.

“Oeste” (MIRANDA, 1971; EGAS, 1925, p. 1545)<sup>5</sup>, local paradisíaco de riquezas e prosperidade.

No entanto, a introdução dos trilhos ferroviários pela “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro”, em novembro de 1883 (CARRATO, 1984; ZAMBONI, 1993), acelerou um conjunto de mudanças culturais que fariam de Ribeirão Preto não apenas um município fortalecido pelos interesses dos grandes proprietários de terras no transporte, exportação e comercialização da produção cafeeira (BELLO, 1976; ROMERO, 1976, p. 254), mas uma região que atraía gente de todo os lugares, entrantes mineiros, migrantes nordestinos, imigrantes (destaque para os italianos) (CINTRA, 2001), como também o de uma cidade que experienciou um processo de modernização urbana, com a introdução de algumas “maravilhas” do mundo moderno, como a eletricidade, o automóvel, o telefone, os estilos arquitetônicos, o calçamento de ruas, os palacetes, o teatro, os cassinos e os cinematógrafos.

Entretanto, tais experiências de modernidade e de urbanização numa pequena localidade interiorana – se comparada a uma metrópole européia ou a capital federal, Rio de Janeiro – devem ser compreendidas à luz das ações transigentes e transgressoras praticadas durante o regime republicano pela elite cafeeira paulista (LOVE, 1982) nos interstícios dos poderes públicos, e que parecem confirmar a experiência capitalista brasileira – que se contrapõe àquela racionalidade weberiana do capitalismo (WEBER, 2001) – denominada polemicamente por José Evaldo de Mello Doin de “capitalismo bucaneiro” (2001, p. 40; 73 e seguintes).

Partícipe da saga de modernização e de prestígio político-econômico nacional (LEVI, 1977; GRIEG, 2000), a elite cafeeira ribeirãopretana era composta de homens astutos e empreendedores (MARCOVITCH, 2003), intimamente ligados às relações de sociabilidade, às práticas diretivas e às tramas políticas do Partido Republicano Paulista (CASALECCHI, 1987), casos, entre outros, de Martinho Prado Júnior (seus filhos e sobrinhos), do Coronel Francisco Schmidt (“Rei do Café”) e do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (“Chefão” do PRP municipal), assim como os seus bacharéis de confiança entranhados dentro da Câmara Municipal.

A conhecida “hipertrofia da esfera privada” (ROCHA, 1998, p. 123-124) na vida pública brasileira ganharia novos ares na Primeira República, na medida em que coronéis, tenentes, majores e doutores tomariam de assalto os espaços de poder político de seus municípios (câmaras, prefeituras, fóruns, cartórios), comandando os investimentos urbanos, porque

---

<sup>5</sup> Na realidade, Ribeirão Preto localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo. Isto desfaz também o equívoco geográfico de Eugênio Egas que, na década de 1920, afirmou que o município paulista localizava-se na região noroeste do Estado.

“Os potentados rurais do interior paulista [...] desejavam trazer para suas pequenas localidades as maravilhas da modernização, e isto, queremos frisar, por uma necessidade de hegemonia política dos cafeicultores paulistas, para apresentar uma ‘imagem de um governo sólido, estável, dotado de instituições liberais e uma economia saudável e uma administração competente’. Disto, como afirma Lanna, a ‘remodelação urbana era parte essencial’”. (PEREIRA, 1998, p. 27-28)

Isto quer dizer que eles não eram apenas os mantenedores da ordem local – fosse através da violência, fosse por meio de fraudes eleitorais – como afirmou, por exemplo, Vítor Nunes Leal (1975), mas representavam uma elite urbanizada, homens que aprenderam “... *a enxergar o café como um conjunto de atividades econômicas interligadas, às quais, políticas específicas de Estado poderiam ser de grande estímulo por aumentarem os lucros privados através de recursos públicos*”. (SZMRECSANYI, 1995, p. 211).

Assim como as capitais e o Distrito Federal, as “cidades do café” (Campinas, Araraquara, São Carlos, Batatais, Franca etc.) sofreram, em maior ou menor medida, “intervensões cirúrgicas” durante a Primeira República que as amoldaram e as disciplinaram dentro de uma concepção geometrizar e higienizadora de sotaque gaulês (DOIN, 2000): em Ribeirão Preto, com a demolição da velha Igreja Matriz (de 1869) em estilo colonial e o desenho da planta da cidade (em 1884) (SILVA, 1998, p. 18) foram definidos o traçado quadricular de ruas, os limites entre o espaço da rua e o do casario e a introdução das primeiras melhorias urbanas. (CAMARGO, 1974)

Por exemplo: em setembro de 1886, o Presidente da Câmara, Coronel Luiz Antônio da Cunha Junqueira – primo de Diniz Junqueira –, nomeava uma Comissão de Redação e Justiça para verificar o estado da iluminação pública. Um ano depois, o mesmo coronel recebia uma resposta da Comissão de Obras:

“A Comissão de obras, em obediência à Camara Municipal que aprovou o parecer da Comissão de Justiça, aceitarão a proposta de Jose Bergamo que se dispõe a fornecer a collocar nos lugares designados pela Câmara, doze lâmpadas Belgas a razão de quarenta e cinco mil reis cada uma [...]” (OBRAS PÚBLICAS, 1887)

À medida que o município tornava-se o epicentro da produção cafeeira, o centro da cidade – pequeno “tabuleiro de xadrez” formado pelas ruas Duque de Caxias, Barão do Amazonas, Álvares Cabral e General Osório – começou a assumir o papel de zona privilegiada de investimentos comerciais, financeiros e urbanos, bem como de especulações imobiliárias. Tal concepção urbanística parece ganhar amplitude quando a encaramos como uma apropriação imaginária dos projetos reformistas europeus (ou franceses) do período republicano no Brasil (PESAVENTO, 1999)..

Contudo, entre as décadas de 1890 e 1920, o processo de modernização urbana em Ribeirão Preto serviu de carapaça para as tramas do Partido Republicano Paulista no interior do poder público municipal, o que fazia das eleições breves hiatos por onde os dois grupos “encenavam” (BALANDIER, 1982, p. 07) o domínio político. Quem nos informa é Renato Jardim, que fora vereador e prefeito de Ribeirão Preto naquele tempo:

“As autoridades locais, juiz de direito, promotor público, delegado de polícia, delegado de higiene, juizes de paz, vereadores, acatavam todos, a figura do chefe político, do qual eram amigos.

Do “estado maior”, destacavam-se o já mencionado D. V. de S. (Durval Vieira de Souza), o dr. M. B. (Macedo Bittencourt), o dr. J. P. da V. M. (João Pedro da Veiga Miranda, que em 1909 ingressaria ao grupo do Cel. Schmidt), os U. (Flávio e Theodomiro Uchôa), etc. A recente dissidência, então em quietude, representava-se pelo coronel F. S. (Francisco Schmidt), os irmãos drs. F. L. e E. L. (Floriano e Eduardo Leite), o dr. F. B. (Fábio Barreto), o dr. F. C. (Francisco Climaco) e alguns mais. O jornal do situacionismo era “A Cidade”, então dirigido pelo dr. E. F. (Enéas Ferreira).

Era pleno o domínio político do coronel J. da C. (Quinzinho Junqueira), incontestado chefe na localidade, com carinho amparado pela “Comissão Diretora”, a força viva e poderosa do “P. R. P” [...]

As sessões da Câmara, onde pequena minoria representava os gascões (“oposição”), forneceria igualmente farta mêsse de interessantes episódios a relatar. Agitação sempre, briosa luta a propósito de quanto assunto interessasse à política partidária. Um pouco mais tarde, em novo triênio, já o coronel Sc. (Schmidt), que consentira em unir-se ao 'diretorinho', fazia também parte da Câmara. Macedo e Meira lideravam a maioria. Honra lhes seja feita: tomou

novo aspecto a luta, aliás sempre intensa, e período algum da administração foi ali mais proveitoso ao interesse público”. (JARDIM, 1946, p. 209)

Aliás, por falar em eleições, ao lado dos tradicionais “bicos-de-pena” e “votos de cabresto” surgiam novas modalidades de coerção do eleitorado, graças aos ambientes de sociabilidade gerados pela cultura cafeeira. Hotéis e, especialmente, restaurantes transformavam-se em locais de fraudes e manipulações entre os “candidatos” e os mesários, contando, inclusive, com a anuência dos “votantes”: almoços e garrafas de vinho e de cerveja eram pagas a mesários – como nas eleições municipais de 1912 – e a eleitores – por exemplo, no pleito eleitoral de 1930 – sem esquecermos do “leva-e-traz” dos votantes, através do aluguel de automóveis e das passagens de trem, ambas pagas com dinheiro público (NOTAS FISCAIS, 1912 e 1930).

Por sua vez, se em 1880 a Câmara pouco havia feito para dotar a cidade de melhoramentos urbanos, pois ela não passava ainda de uma pequena vila com poucos indícios de evolução em sua malha urbana, dos anos de 1890 em diante, com a hegemonia da elite cafeeira e o aumento progressivo do número de habitantes residentes no município (ATAS DA CÂMARA, 1912-1917)<sup>6</sup>, um novo ritmo de transformações modificaria a paisagem daquela cidadezinha cercada de milhões de pés de café.

A delimitação (1890) e o ajardinamento (1902) da Praça XV de Novembro (centro), as primeiras rede de água (1898), iluminação elétrica (1899) e de esgotos (1900), a introdução da rede telegráfica e do primeiro Matadouro (1892), a fundação dos dois jornais de grande tiragem como o “Diário da Manhã” de 1898 (ligado ao grupo do Cel. Schmidt) e “A Cidade” de 1905 (grupo do Cel. Diniz Junqueira) (PAZIANI, 2004, p. 124-125), a edificação do Teatro Carlos Gomes (1897) (DOIN, 2000, p. 48-49; VALADÃO, 1997)<sup>7</sup>, da Sociedade Recreativa de Esportes (1906), do Cassino “El Dorado”, depois “Antártica” (1914) e do Palácio Rio Branco (1917) – antiga sede da Câmara (atual Prefeitura) – a construção da Avenida Independência (1922), sem falar no comércio lojista e nas fábricas de bebidas e massas, sinais de progresso que pareciam confirmar a saga “civilizatória” do café.

Tal saga arrastava consigo os modismos, o ecletismo das fachadas, os cinemas, os automóveis, os “cafés”, a prostituição, os bailes etc., ícones da modernidade que alçaram a

---

<sup>6</sup> O município de Ribeirão Preto até então habitado em 1873 por 5.552 pessoas, sendo 857 escravos, em 1912 verá este número praticamente decuplicar, alcançando um número aproximado de 60.000 habitantes.

<sup>7</sup> O Teatro “Carlos Gomes” se antecipou em 14 anos ao grande teatro da capital paulista (1911), visto que foi inaugurado em novembro de 1897.



cidade ao status de “Petit Paris” (DIÁRIO DA MANHÃ, Ano XI, 1909)<sup>8</sup> e que “saturavam” os sentidos dos moradores ou de visitantes ali aportados:

“Esta cidade é talvez de todas do Estado, excepção feita da Capital, a que mais se tem desenvolvido. Quem a viu há vinte annos e a vê de novo agora, não pode deixar de impressionar-se com a sua radical e rápida transformação.

Há vinte annos Ribeirão Preto era pouco mais que uma villa, com ruas esburacadas, illuminadas a kerosene, casas sujas e feias, muito espaçamento, duas ou três praças que serviam de pasto para as tropas que por aqui transitavam. Á noite era um heroísmo ir-se de um ponto a outro. Infestavam-no bandidos e ladrões, com os quaes a policia às vezes fazia causa commum. A nossa policia de vinte annos atraz! [...] Ainda recordo com saudades o monótono e dolente rechino dos pesados e archaicos carros de boi, entrando ou saindo da cidade, pela madrugada, carregados de grosso tóros de lenha ou abarrotados de saccas de café. Tudo agora está mudado, e quem volta de novo a Ribeirão Preto, tendo-o conhecido nesses bons tempos d’antanho, naturalmente nota com espanto a extraordinária mudança.

Agora é uma cidade moderna, calçada, arborizada, illuminada a electricidade com serviços de águas e exgottos, e todo o conforto, enfim, que nos depara uma cidade verdadeiramente moderna e adiantada. O seu perímetro se alargou para todos os lados, bairros novos surgiram onde era floresta ou capoeira; fundaram-se fabricas, escolas, estabelecimentos de instrucção secundaria, casas de diversões, instituições pias; nas suas ruas e praças, nos seus jardins, uma população laboriosa moureja na labuta diária, cavando a vida alegremente, preparando um futuro farto e descansado”. (DIÁRIO DA MANHÃ, ano XV, 1912).

E não era apenas a cidade. Pelo contrário, muitas vezes a modernização no interior paulista tinha seus pólos invertidos: mais do que polarizar-se, o “rural” e o “urbano” se interpenetravam, formando um cadinho de experiências singulares. Rubem Cione (1987, p. 159) destacou a presença antecipatória da energia elétrica e da água encanada nas fazendas de alguns coronéis da região – casos de Henrique Dumont (pai do aviador Santos Dumont e “1º Rei do

---

<sup>8</sup> Além de ‘Petit Paris’, a cidade ficou conhecida como a “Capital D’Oeste”, “Califórnia do Café” e “Eldorado Paulista”.

Café”), Francisco Schmidt e Iria Alves Ferreira – antes mesmo de serem introduzidas na zona urbana.

Schmidt, por exemplo, promoveu o embelezamento de seu casarão ao construir um jardim geometrizado aos moldes “haussmannianos” cujos ornamentos eram pés de café, além de criar, como outros proprietários, os carregadores de café – verdadeiras “avenidas” – em meio às plantações para facilitar o trânsito de troles e de automóveis (DOIN, 1998, p. 56).

Havia até quem possuísse cinematógrafo! Nas primeiras décadas do século XX, período efervescente do Teatro Carlos Gomes e dos cinemas (ou “cines-teatro”) na cidade – todos arrendados e comandados pelo empresário e rufião francês François Cassoulet (também arrendatário do teatro) – era bastante comum a visita de negociantes vindos da capital para vender “films” nas propriedades da coronelada (A CIDADE, Ano XIV, 1918).

Mas, por outro lado, o “rural” também invadia o “urbano”. Antes e durante o período assinalado neste artigo, os jornais foram pródigos em alertar as “autoridades competentes” para a presença de cabras, vacas, porcos e cavalos soltos a pastar pelas ruas ou sendo criados nos quintais de casas, à revelia do Código de Posturas do município (CÓDIGOS DE POSTURAS, 1889, 1902 e 1921).

Considerado um “hábito colonial”, “incivilizado”, a presença de animais em áreas urbanas persistiu nas cidades por todo o século XIX e adentraram, com significativa importância, o século XX. Arraigado há séculos, esse hábito ajustava-se totalmente ao “*desprezo pela cidade, pela coisa pública*” (ARAÚJO, 1993, p. 51) e às formas de sociabilidade engendradas no país.

Em diversas notas dos jornais apareciam críticas e conselhos de toda espécie que revelavam o descontentamento dos “janotinhas” da cidade com a incômoda perambulação de animais: “*Na estação de Tibiriçá, 4 pessoas ali residentes, foram mordidas por uma vaca atacada de hidrofobia. A delegação regional forneceu passes a essas pessoas que vão ser internadas no Instituto Pasteur, da capital, onde receberão os respectivos tratamentos*” (A CIDADE, Ano XIV, 1918).

De qualquer forma, na passagem do século XIX ao “novo” século a elite ribeirãopretana ansiava por respirar uns ares “parisienses” no interior e, simultaneamente, transformar a cidade e sua região num “balcão de negócios”. Entre 1893 e 1895, as então lideranças políticas da Câmara Municipal – Schmidt, o Coronel Fernando Ferreira Leite e o Tenente-Coronel Artur Diederichsen (que se tornaria deputado federal em 1893) – iniciaram uma seqüência de solicitações (e de pressões) ao Governo do Estado de São Paulo no sentido de realizar empréstimos financeiros junto ao “Banco da República”, visando introduzir alguns

melhoramentos urbanos, em especial, a construção de um sistema de abastecimento de água e o saneamento da cidade (ATAS DA CAMARA, 1892-1896).

Ao mesmo tempo, no início desta década um número significativo de engenheiros e empresários – atraídos pelas “el doradas” promessas da região – dirigiam-se à cidade em busca de novos empreendimentos. Cientes das crises epidêmicas e do estado sanitário da cidade (desde os tempos imperiais), esses empreendedores procuravam realizar os desejos da elite ribeirãopretana. Nestes casos, a Câmara realizava a abertura de concorrências, já que a introdução de equipamentos e/ou serviços urbanos (construção de pontes, redes de abastecimento de água, jardins públicos etc.) dependia, de um lado, do balanço positivo do erário público e, do outro, dos lucros e espólios da economia cafeeira.

Em 1892, por exemplo, o presidente da Câmara, Artur Diederichsen, recebia a visita de Arthur Deschamps Montmorency, engenheiro civil residente na capital paulista, que oferecia seus serviços para melhorar os sistemas de águas e esgotos e o calçamento das ruas (OBRAS PÚBLICAS, 1890-1902). No mesmo ano, uma nova proposta, agora enviada por Antônio Carlos Lássega, tratava a respeito da construção de um jardim público na zona central:

“Eu abaixo assinado jardineiro botânico floricultor; ex-jardineiro da antiga Casa Imperial do Brasil; *diretor geral dos jardins do Rio de Janeiro* construtor dos jardins das seguintes capitães e cidades como [...] Porto Alegre; Curitiba [...] São Paulo; Santos [...] e *diretor do famoso parque de Montevideú denominado ‘el Places de los Ninos’*: venho por meio desta participar a Ilma. Intendência q tendo concluído o jardim do Exmo. Sr. Dr. Augusto R. Loyolla (advogado e vereador de Ribeirão Preto) em Mugim Mirim (sic) e sendo informado pelo mesmo Sr. que a Ilma. Intendência tenciona fazer um jardim no largo da Estação venho por meio deste oferecer meus serviços [...]” (IDEM – grifos nossos).

Foi somente a partir dos anos de 1898-99 – quando da nova rodada de vultosos empréstimos no exterior realizada pelo Governo Campos Salles (o “Funding Loan”), seguida da famosa “política dos governadores” (FARIA, 1996) – que uma enxurrada de novos capitais e atores econômicos realimentaram o mercado financeiro nacional, criando novas condições para os investimentos em reformas e serviços urbanos não somente em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, como também nas pequenas, mas ricas urbes interioranas.

De acordo com Flávio de Azevedo Marques Saes, na maior parte das cidades do interior paulista predominou a atuação de grandes empresas de serviços públicos (bancos e companhias de melhoramentos) tributárias de capitais nacionais (estatais ou privados), enquanto que na capital, São Paulo, de 1899 em diante, os capitais investidos em empreendimentos deste porte eram de origem estrangeira ou mista, pelo menos no que diz respeito à modernização dos serviços urbanos (1986, p. 144-145).

Como já pudemos notar, em Ribeirão Preto, como em todo o Estado de São Paulo, tanto o desenvolvimento agrícola regional, quanto o processo de urbanização estavam alicerçados no jogo das trocas e nas condições internacionais de sustentabilidade oferecidas pela economia cafeeira, mas tal “sustentabilidade” seria impensável sem as relações de cordialidade e a posse da máquina pública pelos coronéis do município e seus doutos representantes na Câmara Municipal, casos de Joaquim Macedo Bittencourt, João Alves de Meira Júnior, João Rodrigues Guião, Fábio Barreto e Flávio de Mendonça Uchôa (da ala do Cel. Junqueira) e João Pedro da Veiga Miranda, Renato Jardim e os irmãos Eduardo e Floriano Leite Ribeiro (da ala do Cel. Schmidt).

Apesar das renhidas lutas políticas municipais entre as duas alas do PRP nos primeiros anos do século XX – que consolidaram a proeminência dos asseclas de Junqueira no interior da Câmara – a reorganização partidária no âmbito estadual e as políticas de valorização do café (e a capacidade de endividamento externo), de um lado, o estado higiênico-sanitário e os surtos epidêmicos, de outro, acabavam por amenizar conflitos intestinos e a incentivar de imediato a retomada de intervenções urbanas.

Aliás, num contexto histórico do país marcado por projetos de modernização em algumas capitais brasileiras, com destaque para as reformas no Rio de Janeiro (1903-1906) levadas a cabo pela dupla Pereira Passos, prefeito, e Rodrigues Alves, presidente da República (NEEDEL, 1993).

### **A cruzada urbana: tramas e contradições da modernização.**

Capítulo sugestivo da história da cidade de Ribeirão Preto foi o projeto de implantação da rede de águas e esgotos.

Peça-chave do projeto de reformas urbanas elaboradas durante a prefeitura de Haussmann em Paris (1853-1870) a idéia de “rede” (água e esgotos, viária, parques, avenidas) associava-se à constatação de que a capital francesa era uma cidade de “movimentos e fluxos” (PICON, p. 86 In SALGUEIRO, 2001): entretanto, ao contrário das teorias utopistas e regeneradoras do século XVIII, as técnicas urbanísticas haussmanianas privilegiaram um caráter parcial da intervenção (SALGUEIRO, 1995) disponibilizando assim *“um mínimo de recursos para diferentes classes”*

(PICON, p. 86-87 In SALGUEIRO, 2001). Dentro das condições de possibilidade, a idéia de “cidade-rede” parece encontrar alguma guarida nas experiências urbanas em cidades brasileiras, embora assuma, talvez, uma face mais perversa e excludente do que a matriz parisiense.

Em Ribeirão Preto, as obras de canalização e distribuição de água e de coleta de esgotos apenas começaram quando a Câmara Municipal obteve do Governo do Estado (graças às ditas pressões de Schmidt e Diederichsen), somente no ano de 1898, a concessão de dois empréstimos financeiros – realizados pelo conhecido “Banco da República” – nas quantias, respectivamente, de 120:000\$000 e R\$ 263:971\$980 contos de réis (ATAS DA CÂMARA, 1896-1900).<sup>9</sup>

Os contratos de execução, tratados “pessoalmente” junto a pequenas firmas ou empresários particulares, foram de início aprovados e lavrados pela Câmara. Em 1897, a proposta de canalização das águas ficara a cargo da empresa de Rufino de Almeida: o mesmo que, um ano depois, constituiu em São Paulo a “Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto”, firmando contrato para a introdução de iluminação elétrica. E, em 1899, o projeto de implantação de um sistema de esgotos passara para as mãos do Dr. Manuel Tapajós (IDEM).

Por mais que se tivesse criado um aparato jurídico estadual e federal destinado à legislar sobre as concessões de serviços públicos no país (HONORATO, 1996, p. 174-186), um outro nível de articulação – cuja moeda de troca não era o lucro, mas a cordialidade – revestia a modernização da cidade. No caso da rede de esgotos, um mês após iniciada a obra Manuel Tapajós enviou um requerimento à Câmara solicitando a transferência do contrato para o Dr. Flávio de Mendonça Uchoa – engenheiro, cafeicultor e, como pudemos ver, aliado do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira – que concretizou as obras pelo valor de 525 contos de réis, inaugurando a rede de esgotos em 24 de fevereiro de 1900 (ATAS DA CAMARA, 1900-1903). Em 1904, o mesmo Uchoa encamparia o serviço de fornecimento de energia elétrica e, anos mais tarde, a “Empresa Força e Luz” de Rufino de Almeida.

Contudo, os sonhos bellepoquianos logo esboroavam-se pelo ar... Um surto epidêmico de febre amarela por volta de 1902 atemorizou a Câmara Municipal de Ribeirão Preto e as autoridades sanitárias do Estado. Foi criada uma Comissão Sanitária responsável pela abertura do “Hospital do Isolamento” e a intensificação de visitas de desinfecção a domicílios e estabelecimentos comerciais, bem como a vacinação obrigatória à população (RIBEIRO, 1993, p. 29-30).

Obras públicas de relevo como a rede de águas e esgotos, embora fossem importantes no combate a epidemias como as de febre amarela e malária, tornavam-se onerosas à Câmara

---

<sup>9</sup> Empréstimos confirmados pelas atas de 28.09 e 31.10.1898.

Municipal. Se tais obras oneravam o poder público, onerava mais ainda a população local que sofria com os escorchantes impostos cobrados pela municipalidade: o “predial”, o de “viação urbana” e o de “indústrias e profissões” (IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, 1911/1934). Além disso, à medida que a cidade se expandia, sua infra-estrutura urbana tornava-se insuficiente, visto que os canais de escoamento de água provinham de pequenas estações localizadas em chácaras próximas ao rio Pardo (caso da estação do Padre Vicente). Nos periódicos que circulavam pela cidade, as críticas à ausência de abastecimento regular de água e os esgotos “a céu aberto” eram dirigidas à Câmara e associadas ao estado higiênico-sanitário da cidade.

Em 1903, por exemplo, o prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, o chefe da Comissão Sanitária, Dr. Floriano Leite Ribeiro, e o Delegado da Higiene Municipal, Dr. Ponciano Cabral, procuravam negar, em relatórios administrativos e discursos nos jornais, que a cidade passava por péssimas condições de saúde pública, embora o próprio Gusmão reconhecesse a necessidade de modernizar o serviço de abastecimento d’água (RELATÓRIO DE PREFEITO, 1903).

Mas, se em 1903 o jornal “Corriere Italiano” continuava a denunciar os “descasos” da Câmara, também anunciava alterações nos contratos de fornecimento do precioso líquido:

“Continua, sempre piu grave e minacciosa, la mancanza di acqua.

Malgrado la siccità costante e straordinaria, non si puó solamente spligare la diminuizione notevolissima dell’acqua. Neppure soddisfa l’ipotesi di una diminuizione di volume delle sorgente. Abbiamo udito da alcuni professionali che le vere cause sono da ricercare probabilmente in una parziale otturamento di alcuni tubi conduttori, o in qualche falla apertasi nel tubo principale.

La Camera ha disposto, perché si possano lavare le latrine e sia provvedita l’acqua al Carcere e a L’Ospedale, un servizio di botti.

E troppo poca cosa.

Una tale condizione di cose non puó perdurare. Già la salute pubblica se ne risente: appariscono dei casi di tifo.

Il contratto dei nuovi lavori per la forniteria dell’acqua é ancora in istudio.

Sappiamo benissimo che é sterile ogni protesta. Ma che sia almeno conosciuta dalla cittadinanza la responsabilitá che pesa su le autoritá che non

hanno saputo provvedere a tempo a scongiurare il pericolo”. (CORRIERE ITALIANO, Ano I, 1903)

Foi neste contexto paradoxal de domínio do grupo do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira no poder público municipal (entre 1900 e 1930) (CUELLO, p. 194-202 In DOIN & PEREIRA, 2005), do alastramento da epidemia de febre amarela e de crises do aparato sanitário, que ocorreu a formação de uma plutocracia de empreendedores do interior paulista, especialmente da região de Ribeirão Preto, que assumiu o controle de duas grandes empresas de serviços urbanos constituídas na cidade: a “Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto” e a “Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto” (SAES, 1986, p. 143-144).

Por volta de 1908, contando com o tino empreendedor de membros da família Prado, Flávio de Mendonça Uchôa e Plínio da Silva Prado adquirem uma usina hidrelétrica que seria responsável pelo aumento da rede e pela intensificação dos serviços de iluminação elétrica pública e particular à cidade e aos municípios vizinhos. No ano seguinte, Rufino de Almeida vendia as ações de sua empresa a Uchôa e Prado e ambos assumem o controle acionário da “Empresa Força e Luz”<sup>10</sup>. Em 1910, numa assembléia realizada no dia 23 de abril na cidade de São Paulo, um conhecido grupo de capitalistas – encabeçado, entre outros, pelos próprios Flávio Uchôa e Plínio Prado – transformou a “Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto” em sociedade anônima (EMPRESA FORÇA E LUZ, 1921).

Segundo alguns dos contratos firmados e renovados com a Câmara (1909 e 1918), a empresa deveria fornecer iluminação “*a todos os prédios da cidade e de seus arrabaldes*” (GUIÃO, 1923, p. 56). Logo, porém, vieram as reclamações de moradores, que em petições e cartas endereçada aos jornais, pediam providências a respeito de lâmpadas apagadas ou ausência de postes de iluminação em suas ruas e bairros (A CIDADE, Ano XI, 1915).

Parece-nos, entretanto, que os problemas ligados à canalização e abastecimento de água à população foram sintomáticos na cidade e no município, haja visto o clima quente e seco da região, o uso de mananciais caudalosos e a presença sempre ameaçadora das epidemias de febre amarela.

Daí prestigiarmos o caso da “Empresa de Águas e Esgotos”. Em dezembro de 1903, a Câmara Municipal aprovava por unanimidade a encampação dos serviços de águas e esgotos pelo Dr. Flávio Uchôa que, em outubro de 1904, informava em ofício aos edis sobre a

---

<sup>10</sup> Esta empresa chegou a servir energia elétrica aos municípios de Cravinhos, Sertãozinho, Nuporanga (Orlândia), Brodósqui, Jardinópolis, Ituverava, Igarapava e Franca (até 1912).

constituição em São Paulo de uma nova sociedade anônima, a “Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto S/A” (ATAS DA CAMARA, 1903-1907), da qual ele seria o presidente.

Entre os acionistas majoritários e proprietários de capitais apareciam novamente membros da família Prado, como o seu sogro<sup>11</sup> Martinho da Silva Prado (acionista das companhias “Paulista” e “Mogiana” de Estradas de Ferro) e seus herdeiros, os filhos Caio (e o já citado) Plínio da Silva Prado, e Antônio da Silva Prado (além de prefeito da capital, acionista da “Companhia Paulista” e do “Banco de Comércio e Indústria de São Paulo”) e seu filho, Antônio Prado Júnior (SAES, 1986, p. 143; LEVY, 1994). Para a gerência da empresa, encarregou nos primeiros anos o seu próprio irmão, o cafeicultor Theodomiro Uchôa (por volta de 1908, substituído pelo engenheiro de origem espanhola, João Quevedo).

Entre os anos de 1899 e 1900, a Câmara Municipal contraía dois novos empréstimos junto ao Governo do Estado (ATAS DA CÂMARA, 1896-1900) – agora com o “Banco de Comércio e Indústria” – para o pagamento da aquisição de equipamentos sanitários (fornecida pela “Companhia Mecânica Importadora”, cuja parte das ações estava nas mãos de herdeiros dos Prado) (SAES, 1986, p. 108; LEVI, 1977, p. 254-255) e para a consecução das obras de construção da rede de esgotos. Ao adentrar o século XX, como sói poderia acontecer, a Câmara encontrava-se endividada e em dificuldades financeiras.

Com a transferência do contrato e a encampação dos serviços urbanos para as mãos da “Empresa de Águas e Esgotos”, a Câmara deixava de assumir novos compromissos e isentava-se das dívidas passivas que incomodavam o erário público, além de se beneficiar do rendoso arrendamento e das taxas dos serviços prestados pela empresa. Interessada em crescer a receita municipal, ela promoveu ainda o aumento dos impostos prediais e as multas por descumprimento de normas pelos habitantes, enquanto a empresa, ávida por lucros, cobrava elevadas taxas pelo uso das benesses urbanas.

Desde então, a “Empresa de Águas e Esgotos” seria a responsável pela canalização, reparos e fornecimento daqueles serviços à cidade até 1955, quando ela rompeu o contrato de concessão e a Prefeitura encampou os serviços, passando a gerenciá-los, nascendo assim o SAE – Serviço de Água e Esgotos.<sup>12</sup>

Nos primeiros anos, os trabalhos da “Empresa” causaram impacto na sociedade ribeirãopretana. Mas não demorou muito para aparecer pelos jornais e por requerimentos enviados à Câmara uma série de críticas de moradores e de comerciantes situados em diferentes

---

<sup>11</sup> Flávio Uchôa casou-se com Maria Evangelina da Silva Prado.

<sup>12</sup> Em 1969 foi criado o DAERP (Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto). Informações colhidas no site do DAERP: <http://www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br/index.html>.



pontos da cidade. Parecia, na verdade, um problema crônico. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os jornais veiculavam inúmeras críticas da sociedade contra a postura da prefeitura e das empresas em prestigiar o embelezamento em detrimento da regularização dos serviços urbanos, ou seja, a substituição do urgente pelo excêntrico (BERTUCCI, p. 87 In BRESCIANI, 1994).

Foi durante as administrações de Renato Jardim (1907/08), João Pedro da Veiga Miranda (1908/09) e Luiz Baptista Júnior (1909/10) – homens de escol do Cel. Francisco Schmidt – que tanto a Prefeitura de Ribeirão Preto, quanto a “Empresa” foram alvos de sucessivas crises sociais e políticas, insufladas até por elementos da ala junqueirista.

O jornal “A Cidade”, em agosto de 1909, representando o poder de voz da ala de Junqueira (maioria) na Câmara acusou o grupo de Schmidt de déficits nas finanças municipais, de abandono da higiene e de supressão de serviços públicos, entre outros. Somava-se a isso o forte período de secas que esvaziava os mananciais e prejudicava o abastecimento de água:

“[...] ainda se ouvem os ecos das reclamações dos proprietários que protestavam pela deficiência d’agua, contra a imposição que lhes queria fazer o Prefeito, da collocação de caixas ou depósitos, de um grande dispêndio [...] De relance diremos mais que a Instrucção Publica, a Hygiene e as Finanças e todos os serviços municipaes foram desorganizados, supprimindo-se uns e reformando-se outros para peor. A instrucção soffreu com a supressão do auxilio que as outras câmaras davam às escolas particulares, para receberem creanças que não encontravam lugar nas escolas do Governo; a hygiene foi completamente abandonada, ficando a nossa cidade a mercê da Providência; nas finanças, empréstimos sobre empréstimos, sem que com elles se alliviasse a Municipalidade da crítica situação em que, S.S. mesmo confessa, ella está; não apparecendo também nenhum resultado da apregoada administração das economias [...]”. (A CIDADE, Ano V, 1909) <sup>13</sup>

Para piorar, vários moradores criticavam a precariedade dos serviços urbanos e a cobrança de taxas elevadas de consumo, dando-nos a impressão de um déficit de modernização e a ausência de uma regularização dos serviços de águas e esgotos aos bairros de Vila Tibério, Barracão e República, e até mesmo às residências e estabelecimentos do centro da cidade.

---

<sup>13</sup> “A renuncia do prefeito” (12.08.1909).

Esse cenário desastroso levou João Pedro da Veiga Miranda à renúncia do cargo de prefeito, o que veio a ocorrer dias depois da publicação da matéria acima (IDEM). Seu sucessor, Luiz Baptista Júnior, sequer conseguiu apoio partidário e ainda foi taxado de “incompetente” por membros do próprio grupo (DIÁRIO DA MANHÃ, Ano XI, 1910).

Não podemos esquecer também que a sociedade brasileira atravessava, nos anos de 1909 a 1910, um contexto turbulento de sua história com as disputas em nível federal e estadual entre os “civilistas” (liderados pelo Dr. Rui Barbosa) e os “militaristas” (liderados pelo General Hermes da Fonseca) pela sucessão presidencial. No âmbito municipal, reacendiam-se as lutas políticas entre os grupos rivais do PRP: sabe-se que Ribeirão Preto era considerado “*o maior centro hermista do interior*” (CASALECCHI, 1987, p. 140), cujo líder incontestado era o Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, enquanto, do outro lado, em defesa da “campanha civilista” encontrava-se o Cel. Francisco Schmidt.

Daí entendermos que as críticas dirigidas pelos “junqueiristas” a Veiga Miranda (forçando sua renúncia) graças à “deficiência d’água” na cidade, servia de estopim para que aqueles retomassem o controle da prefeitura, durante quase três anos nas mãos do escol de Francisco Schmidt, e articularassem uma nova aproximação política com a “Empresa de Águas e Esgotos”.

A nomeação do médico e “junqueirista” Joaquim Macedo Bittencourt ao cargo de prefeito (1911-1920) coincidiu, em primeiro lugar, com o momento de reorganização política do PRP paulista no âmbito estadual e municipal face às lutas internas e externas em torno da “campanha civilista”. Em segundo lugar, representava uma oportunidade de conciliação entre as alas do partido no município face ao estado de “atraso” da cidade; e, em terceiro lugar, a possibilidade de recomeçar o processo de modernização urbana. Tratava-se, enfim, de uma reordenação das tramas políticas pela elite cafeeira ribeirãopretana (RELATÓRIO DE PREFEITO, 1920).

Em seu relatório administrativo, entregue a Câmara em janeiro de 1920, Macedo Bittencourt mostrou bem o clima de tensão que cercou sua chegada à prefeitura. Segundo ele, não faltou sequer o velho uso da violência e dos métodos brutais de arregimentação de eleitores às urnas para garantir a “legitimidade” dos “donos” do poder público:

“[...] Devem ainda ser bem lembrados de todas as condições em que assumimos o governo do município em janeiro de 1911. A candidatura do Marechal Hermes e sua eleição, no ano anterior, tinham agitado a nação numa luta memorável; a campanha civilista, guiada pelo gênio de Rui Barbosa e pelo

governo do Estado de S. Paulo, despertava tremenda reação contra essa candidatura, que a muito se afigurava uma tentativa de implantação do regime militarista no Brasil; e, neste município, cujo chefe político de maior prestígio, seguindo a orientação do preclaro político republicano, já hoje falecido, se declarara contra a política paulista e a favor da candidatura marechalícia, a luta assumiu tais proporções que, pela exacerbação dos ânimos e violência dos ataques, parecia ter criado incompatibilidades e ódios que jamais se apagavam.

Foi numa atmosfera política assim tão carregada que, em outubro de 1910, se feriu o pleito eleitoral para constituição da Câmara, pleito renhido, em que os dois partidos lançaram mão de todos os seus recursos, levando às urnas extraordinário número de eleitores, e do qual resultou serem eleitos 7 vereadores de um e 3 do outro partido, vereadores estes que, em sua maioria, fizeram até hoje parte desta ilustre Câmara”. (IDEM).

O novo projeto de modernização da cidade não se baseava somente na extensão dos serviços de águas e esgotos à população, mas a abertura e o calçamento de vias públicas à paralelepípedo: caso do prolongamento e calçamento da Avenida da Saudade (denominada Avenida Saldanha Marinho até 1915), caminho obrigatório até o cemitério (IBIDEM). A abertura da concorrência, iniciada em 1914, foi vencida por Giacomino di Giacomino, empreiteiro e pequeno empresário de serviços urbanos. Entre 1911 e 1919, itens como a iluminação à eletricidade e as chamadas “obras públicas” (praças, jardins, arborizações) apareciam no orçamento de despesas da Câmara Municipal (REGISTRO DE INDICAÇÕES APROVADAS, 1902-1914).

Contudo, no início da década de 1910, Ribeirão Preto atravessou uma grave crise de abastecimento de água. Desde a inauguração da primeira rede de águas no município, em 1898, que a cidade vivia vários períodos de irregularidades no abastecimento, de precariedade dos reservatórios, de ineficiência das autoridades municipais e de má utilização do sistema de “pennas d’água”. Apesar de concedido pela Câmara, em 1903, à Empresa de Águas e Esgotos o serviço de distribuição permanecia sob constante supervisionamento do poder público (PAZIANI, 2004, p. 192).

Em 1909, como vimos, as reclamações de vários moradores pelos jornais (num contexto de lutas políticas e de renúncia do Dr. Veiga Miranda do poder executivo) com a falta d’água intensificaram-se e revelavam a vontade dos habitantes em envolver-se e se integrar ao processo de modernização. Intitulado de “Questão das Águas”, o problema tornou-se patente em fevereiro

de 1911 – início da administração de Macedo Bittencourt – devido às diversas queixas de moradores dos bairros Vila Tibério e Barracão, que exigiam do poder público as devidas providências, entre elas, a construção de um novo sistema de captação d'água.

Ao atingir outros bairros, as autoridades viram-se forçadas a promover um exame científico dos mananciais que recortavam o município: o rio Pardo e os córregos Retiro e Ribeirão Preto. As matérias pelos jornais eram acintosamente críticas e bastante contundentes ao enfatizar a indecisão e a ausência de medidas emergenciais pela Câmara e prefeitura:

“[...] Eis ahi, pois, a grande questão que preliminarmente precisa ser decidida. A água do rio Pardo serve ou não serve para alimentação publica? Suponhamos que não. Que as analyses nos digam estar ahi o gérmen da morte, o aniquilamento do organismo humano, a desgraça e a miséria desta população. Poderá a Camara consentir a sua canalisação, descendo das suas altas funcções administrativas para a de coveiro de um povo? Pode assim a luz da moral e do direito, o mandante se converter em assassínio do mandatário?” (DIÁRIO DA MANHÃ, ano XV, 1912).

Além disso, havia o descrédito da população frente à ineficiente rede de abastecimento: por exemplo, ao retornarem de uma visita ao rio *Pardo* e chegarem à segunda estação elevatória – localizada no distante bairro do *Tanquinho* –, Bittencourt, Quevedo e o ilustre engenheiro Saturnino de Brito (engenheiro-chefe das reformas em Santos, São Paulo e Recife) penetraram no quintal de uma casa na rua Saldanha Marinho, centro da cidade.

Ali existia uma torneira servida pelas águas daquele manancial. Após recolherem amostras do servidor, os três cruzaram com uma mulher que lavava peças de roupa junto à torneira e “[...] julgando que os visitantes quisessem beber água, ofereceu-se para trazer da água que tinham em casa ‘pois d’aquela do encanamento não se bebia’. – Porque? – perguntamos. – Porque dá maleitas. Nós bebemos água da cisterna [...]” (IDEM).

Então, sob a assessoria técnico-científica de Brito e de Artur Motta (ex-diretor da “Repartição de Águas do Estado de São Paulo”), uma comissão liderada pelo prefeito Macedo Bittencourt e por João Quevedo (gerente da Empresa de Água e Esgotos) decidiu elaborar um projeto que envolvia, principalmente, a qualidade e as formas de captação das águas do rio Pardo para abastecer bairros e mesmo a área central (IBIDEM). As desinformações da população, caso da passagem citada anteriormente, também assustavam as autoridades municipais e sanitárias.

A solução encontrada pelo prefeito foi a adoção do uso de filtros de areia, recurso indicado por Artur Motta, modernizar a canalização das águas do rio *Pardo* e iniciar uma

canalização das águas do Córrego do Retiro (com a introdução de bombas elétricas) visando atender a nova demanda da população. Em compensação, a prefeitura passou a exigir de seus moradores a instalação de hidrômetros, um sistema técnico que, de alguma forma, *racionalizava* o fornecimento de água e a cobrança de taxas relativas ao usufruto daquele líquido nas casas e estabelecimentos comerciais e industriais da cidade.

Apesar das medidas tomadas pela Câmara, em acordo com a “Empresa de Águas e Esgotos”, as melhorias continuaram a beneficiar quase que exclusivamente a zona central em prejuízo, muitas vezes, dos locais mais distantes e até a parte baixa do centro (A CIDADE, Ano XV, 1919) – caso da Rua José Bonifácio, freqüentada por artistas e ladrões, vendedores e prostitutas, operários e “vadios”, rua transformada, a partir da década de 1920, em “*verdadero mercado persa*” (SILVA, 1998, p. 90). E mesmo na área central os “sintomas de atraso” também eram evidentes:

“Alguns moradores da rua Barão do Amazonas pediram-nos para reclamar a quem de direito sobre o insuportável mau cheiro que exhala uma sarjeta daquela via pública, situada entre as ruas Lafayette e Prudente de Moraes. A referida sarjeta, em vez de ser o escoadouro natural das águas pluviais, tornou-se um repertório de impurezas, pela água suja e estagnada que contem. Ai fica a reclamação”. (DIÁRIO DA MANHÃ, Ano XVII, 1914).

Não há dúvida de que as queixas de moradores – fosse em São Paulo, Rio de Janeiro ou Ribeirão Preto (SILVA, 1988; BALCÃO In FENELON, 1999) – contribuíram para a intensificação das desavenças entre os membros da Câmara e a gerência da “Empresa”, revelando uma cidade que crescia ao sabor dos imediatismos e aventuras da sociedade de elite, além da presença de novos sujeitos dispostos a integrar-se o mais rápido possível no processo de modernização.

A expansão urbana que deveria se estender aos bairros e chácaras (zona suburbana) tornava-se um obstáculo à atuação da “Empresa de Águas e Esgotos”, que sofria com a lenta extensão da rede àquelas áreas mais distantes do centro, devido, de um lado, à grande epidemia de “gripe espanhola” e, de outro, à uma forte geada que atacou a lavoura de café (ambos ocorridos em 1918). O grande obstáculo, porém, era de ordem política e dizia respeito justamente às relações conflituosas entre a gerência da empresa e o poder público municipal quanto ao cumprimento jurídico dos contratos, cujas cláusulas passavam por constantes

reformulações em virtude dos objetivos dos homens que comandavam os negócios “públicos” da cidade.

Aliás, constituía-se um jogo deveras ambíguo, pois as mesmas tramas que possibilitavam a transformação material da cidade (ou parte dela) serviam de suporte para a “teatralização” do poder nas mãos das lideranças municipais (PAZIANI, 2004, p. 150).

Como o Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira dominaria o cenário político municipal até 1930 – devido, inclusive, ao falecimento de seu rival, o Cel. Francisco Schmidt, em 1924 – as duas últimas administrações da velha República, a do advogado João Rodrigues Guião (1920-26) e do Cel. José Martimiano da Silva (1926-1929), representaram a tomada de posse da Câmara pela ala “junqueirista”. Ambas caracterizaram-se por algumas intervenções no espaço urbano, mas, como de praxe, reduzidas à área central. Para a execução das obras, Guião seguia o bom e velho mandamento da elite cafeeira, identificada há décadas por Celso Furtado, de “socializar” as dívidas:

“Executando o programa de activa administração para manter município e a cidade na posição digna do seu valor e do seu futuro, sem aumento de impostos, a Câmara teve de recorrer ao credito para repartir com as gerações futuras o peso das despesas empregadas nos melhoramentos que ahí ficam [...]” (GUIÃO, 1923, p. 77).

Durante a sua prefeitura, grande parte dos empréstimos contraídos pelo poder público (um pouco mais de 700 contos de réis no total) foram despendidos na circulação de veículos e pedestres – casos da abertura de estradas de rodagem e do calçamento a paralelepípedo de 36 quarteirões –, além da construção de galerias pluviais de águas e esgotos: as obras custaram cerca de 400 contos de réis ao erário municipal (IDEM, p. 74). Tais obras faziam eco aos surtos epidêmicos, mas também às fortes chuvas, que inundavam as vias públicas e as casas comerciais, destacando-se as localizadas na parte baixa da área central (problema crônico nos dias atuais). Conforme salientou o próprio Guião em relatório entregue à Câmara, estes serviços também melhorariam consideravelmente “*a limpeza da cidade*”, assolada pela poeira e o lamaçal. As reclamações de moradores, porém, continuaram latentes em vários pontos da cidade.

Cabe mencionar ainda a Avenida Independência de 1922 (em comemoração ao centenário da independência do Brasil) – uma via de trânsito rápido para os proprietários dos “velozes” automóveis (cada vez em maior número) naqueles “frementes” anos de 1920. Apropriação haussmaniana “tardia” do ideal de “governar por retas” (CARVALHO, 1994, p. 66-

67; SALGUEIRO, 1995, p. 197), ou seja, de “rasgar” o perímetro urbano com a abertura de extensas vias de ligação, a avenida seguia o plano de expansão imobiliária em direção de áreas mais distantes do centro histórico (transformado paulatinamente em área exclusivamente comercial), medida adequada para uma sociedade de elite desejosa por afastar-se (ilusoriamente) do burburinho e da desordem que se tornara o “coração da cidade”.

Com o Cel. José Martimiano da Silva foi bem diferente. Embora tivesse a comodidade de uma Câmara repleta de aliados, durante a sua administração a cidade foi alvo de fortes chuvas que a assolaram e acarretaram uma das maiores enchentes da história (1927), com maior incidência, novamente, na parte baixa do centro (alagando as proximidades da Avenida Jerônimo Gonçalves). Pior: o contexto foi marcado, nos últimos anos, por reveses nacionais (os episódios e os impactos da “Revolução de 1930”, liderada por Getúlio Vargas) e internacionais (o “crack” financeiro da Bolsa de Nova Iorque e dos mercados em 1929).

Na realidade, o governo do Cel. Martimiano coincidiu com os últimos “suspiros” da “Belle Époque” ribeirãopretana. Provas disso foram as inaugurações do Teatro Pedro II (1929) – e o gradual “esquecimento” do Teatro Carlos Gomes (demolido em 1947) –, do “Quarteirão Paulista” (1930) – de propriedade da “Companhia Antártica Paulista” – e, anos mais tarde, do Edifício Diederichsen (1936) – primeiro “arranha-céu” do interior paulista: enfim, conjuntos arquitetônicos que representavam os espaços de sociabilidade, de poder político e de vida cultural de uma “outra” elite, não mais identificada com o “mundo do café” e seu ecletismo afrancesado, e sim com os valores pragmáticos “yankees” baseados no “time is money”...

A forte entrada de manufaturados norte-americanos, facilitados por uma agressiva política de crédito, por preços altamente competitivos e pela utilização inovadora e inusitada da propaganda, superlota o mercado brasileiro de bugigangas, de automóveis, de artigos domésticos, de gramofones e, principalmente, acelera a constituição da sociedade de massas, impaciente por possuir a materialidade do “progresso” e por sentir-se partícipe do “mundo moderno” à moda “american way of life” (RODRIGUES, 1981, p. 14).

O cenário cultural no Brasil também já não era o dos melhores durante a década de 1920: as crises econômicas e financeiras geradas pelos planos de valorização do café; o desmantelamento da hegemonia paulista pelo governo ditatorial de Artur Bernardes (1922-26); as rebeliões militares (o levante do Forte de Copacabana em 1922, no Rio, e a Revolução de 1924, em São Paulo); a maior participação das camadas médias urbanas; a consolidação de atores políticos republicanos, como as lideranças gaúchas; e o fortalecimento das organizações operárias e a emergência do Partido Comunista Brasileiro formariam um “caldeirão” fervente na

sociedade brasileira que anunciariam o “*esboroamento dos alicerces que sustentavam a velha república oligárquica*” (DOIN, 2001, p. 347).

### **Considerações Finais.**

A “era das certezas” que, na passagem do século XIX ao século XX, fez desabrochar nas cidades-capitais brasileiras alguns sinais “indubitáveis” de crença no progresso e na civilização em suas respectivas elites, alcançava, no bojo da expansão da lavoura cafeeira e dos silvos das locomotivas, as paragens quase inabitadas do interior de São Paulo: entre elas, Ribeirão Preto, epicentro da produção de café do Estado (e do país, à época).

Conforme já afirmamos, entre 1890 e 1930 (e mesmo antes disto) a cidade experienciou, dentro de suas condições de possibilidade, um série de transformações urbanas através da introdução de algumas “maravilhas” da modernidade, como a eletricidade, o automóvel, os edifícios, o telefone, o calçamento, os palacetes, o teatro, os cassinos e os cinematógrafos. Mais: os coronéis – homens tidos por broncos, violentos e rudes (e eram mesmo!) – não se furtavam em antecipar essas “maravilhas” em suas próprias fazendas, “urbanizando” o aparentemente “rural”...

Nas duas primeiras décadas do século XX, à corrente dos gostos pelos “ares parisienses” vivia-se quase que simultaneamente os desgostos e as incertezas da modernização desejada. Desejos elitistas: fazer de Ribeirão Preto, a “Petit Paris”. Mas desejos também das camadas menos favorecidas: localizados nos bairros e chácaras (zonas suburbanas), esses moradores reivindicavam o direito às benesses urbanas (água, luz, iluminação etc.).

Ao findar os anos de 1920, a “Belle Époque” ribeirãopretana (e paulista) ditaria suas últimas regras, expressas dali em diante pelos ideais de uma outra elite, identificada aos tempos da hegemonia mundial do capitalismo norte-americano.

### **Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Emmanuel. 1993. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio.

BACELLAR, Carlos de A. Prado & BRIOSCHI, Lucila R. (orgs.). 1999. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP.

BALANDIER, Georges (1982). *O poder em cena*. Brasília: Ed. Unb.

\_\_\_\_\_. *O Contorno: poder e modernidade*. 1997. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil.



- BALCÃO, Lier F. “A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)”. In: FENELON, Dea (org.). Cidades. 1999. São Paulo: Olho d’água/Pontifícia Universidade Católica, pp. 229-245.
- BAUMAN, Zygmunt. 1999. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BELLO, José Maria. 1976. História da República. 7ª ed. São Paulo: Nacional.
- BENJAMIN, Walter. 1994. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, 3).
- BERMAN, Marshall. 1997. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERTUCCI, Liane Maria. 1994. “A ameaça iminente – as epidemias. Um momento: a varíola (1908)” in BRESCIANI, Maria Stella. Imagens da cidade: as cidades nos séculos XIX e XX. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, pp. 85-102.
- BIERSACK, Aletta. 1995. “Saber local, história local: Geertz e além”. In: HUNT, Lynn (org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, p. 97-130.
- BRAUDEL, Fernand. 1995. Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1 e 2.
- CALVINO, Ítalo. 1999. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMARGO, José B. dos S. (org.). 1974. Aspectos Históricos da Câmara Municipal. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, Edição Comemorativa do 1º Centenário da edilidade.
- CARRATO, José F. 1994. “O Ribeirão Preto e a chegada da Mogiana”, in Ribeirão Preto como fonte básica de pesquisa. Ribeirão Preto: Assessoria Cultural/USP, 1984, pp. 09-18.
- CASALECCHI, José Ênio. 1987. O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense.
- CIONE, Rubem. 1987. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Ed. Legis Summa.
- CHALHOUB, Sidney. 1996. A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras.
- CINTRA, Rosana. 2001. Italianos em Ribeirão Preto: vinda e vida de imigrante (1890-1900). Dissertação de Mestrado. Franca, Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- COSTA, Ângela M. da & SCHWARCZ, Lília M. 2000. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras.
- CUELLO, Josué P. “O teatro de marionetes do Cel. Quinzinho da Cunha: história e cultura política (1900-1930)”, in DOIN, José Evaldo de M. & PEREIRA, Robson M. (Orgs.). *A Belle Époque Caipira: a saga da modernidade nas terras do café (1864-1930)*. 2005. Franca: UNESP-FHDSS/CEMUMC, pp. 194-204.

- DI GIANNI, Tércio. 1997. Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A.
- DOIN, José Evaldo de M. 1998. “A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha”, in Anais do XI Encontro Regional de História, História e Exclusão Social, Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, XI Encontro Regional de História, AMPUH/MG, pp.54-57.
- \_\_\_\_\_. 2000. “Olhar, desejo e paixão: lazeres e prazeres nas terras do café”. ArtCultura, Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais, Brasil). Uberlândia: v. 1, pp. 40-53.
- \_\_\_\_\_. 2001. Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. Franca: Tese (Livre-Docência – História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, vol. 1.
- DURHAM, Eunice. 1966. Assimilação e Mobilidade: a história de um imigrante italiano num município paulista. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.
- EGAS, Eugênio (org.). 1925. Os municípios paulistas. São Paulo: O Estado de São Paulo, Publicação Oficial.
- EMBOABA, Osmani. 1955. História da fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: Coleção da Revista de História, nº. 6.
- FARIA, Fernando A. 1996. Arquivo de sombras: a privatização do Estado brasileiro nos anos iniciais da Primeira República. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- GEERTZ, Clifford. 1989. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. LTC.
- GRIEG, Maria D. 2000. Café: histórico, negócios e elite. São Paulo: Olho d’água.
- HOBSBAWN, Eric. 1987. A era dos impérios: 1875-1914. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. A era do capital: 1848-1875. 2004. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HONORATO, Cezar. 1996. O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914). Santos: Hucitec.
- JARDIM, Renato. 1946. Reminiscências. São Paulo: José Olympio.
- LAGES, José A. 1996. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro (povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX). Ribeirão Preto: VGA.
- LANNA, Ana Lúcia D. 1996. Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos/Secretaria da Cultura.
- LEAL, Victor Nunes. 1975. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LEMONS, Carlos. 1999. A República ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec.
- LEVI, Darrell. 1977. A família Prado. São Paulo: Cultura 70 Livraria e Editora S/A.

- LEVY, Maria Bárbara. 1994. A industrialização brasileira através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial. Rio de Janeiro: UFRJ.
- LOVE, Joseph. 1982. A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). São Paulo: Paz e Terra.
- MARCOVITCH, Jacques. 2003. Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil. São Paulo: EDUSP, Vol. 1.
- MATOS, Odilon N. de. 1974. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- MIRANDA, José Pedro de. 1971. Ribeirão Preto de ontem e de hoje. Ribeirão Preto: El Dorado.
- MONTEIRO LOBATO, José B. de. 1969. Onda verde e o presidente negro. 13ª. ed. São Paulo: Brasiliense.
- MORAES, Maria Luiza de P. M. 1980. Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924). São Paulo: Dissertação (Mestrado – História Social), FFLCH, Universidade de São Paulo.
- MUMFORD, Lewis. 1998. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- NEDELL, Jeffrey. 1993. Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras.
- PAZIANI, Rodrigo. 2004. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Tese (Doutorado – História), Franca, Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- PEREIRA, Robson Mendonça. 1998. O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. Franca: Dissertação (Mestrado – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- PESAVENTO, Sandra J. 1997. Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. 1999. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- PRADO JÚNIOR, Martinho. 1943. In memoriam. São Paulo: s/ed.
- ROCHA, João Cezar de C. 1998. Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.
- ROMERO, José Luis. 1976. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. 2ª. ed. México, Argentina, Espanha: Siglo Veintiuno.
- RIBEIRO, Maria Alice R. 1993. História sem fim...: inventário da saúde pública, São Paulo 1889-1930. São Paulo: Ed. UNESP.

- RICOEUR, Paul. 1997. Tempo e narrativa. São Paulo: Papirus, Tomo III.
- RODRIGUES, José H. 1981. “O movimento rebelde de 1930: a situação econômica, social e política”, in Carta Mensal, Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro: Ano XVII, nº. 317, pp. 10-27.
- SAES, Flávio Azevedo M. de. 1986. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930. São Paulo: Hucitec.
- SALGUEIRO, Heliana A. 1995. “Revisando Haussmann: Os limites da comparação. A Cidade, A Arquitetura e os Espaços Verdes: o caso de Belo Horizonte”. Revista USP, São Paulo, nº. 26, pp. 195-205.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2004. Por uma nova história urbana – Bernard Lepetit. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, Milton. 2002. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP.
- SCHORSKE, Carl. 1988. Viena fin-de-siècle: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da Unicamp.
- SEVCENKO, Nicolau. 1995. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. 1998. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: \_\_\_\_\_. (org.). República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, vol. 3, p. 07-48.
- SILVA, Eder D. da. 1998. A história contada através da arquitetura de uma rua. Franca: Dissertação (Mestrado – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- SILVA, Eduardo. 1988. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SZMRECSANYI, Maria Irene. 1995. “Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional”, in Revista USP, São Paulo, nº. 27, pp. 199-219.
- VALADÃO, Valéria. 1997. Memória arquitetônica em Ribeirão Preto. Franca: Dissertação (Mestrado – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- ZAMBONI, Maria C. 1993. A Mogiana e o café: contribuições para história da Estrada de Ferro Mogiana. Franca: Dissertação (Mestrado – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS.
- WEBER, Max. 2001. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret.

#### **Fontes Documentais:**

DAERP. “Histórico da Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto”. Informações disponibilizadas pelo seguinte website: <http://www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br/index.html>.  
Data de acesso: 30.07.2007.

- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *A Cidade*. Ano V, mai/ago 1909.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. “Benedictus qui venit!”. *Diário da Manhã*: Ano XI, jan/jun 1909.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Diário da Manhã*. Ano XI, jan./mar. 1910.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Relatório de 1902, apresentado á Camara Municipal do Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903*. Fundo: Intendência/Câmara Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Relatórios.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Relatório – apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920 pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt – Prefeito Municipal*. Fundo: Prefeitura/Câmara Municipal; grupo: Administração; subgrupo: relatórios da prefeitura.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Empresa “Força e Luz” de Ribeirão Preto (constituição, concessões e empréstimos)*. São Paulo: Casa Graphica José Bráulio & Comp. 1921.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Registros de indicações aprovadas*. Fundo: Câmara Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: indicações aprovadas (1902-1914).
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Impostos*. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Impostos e taxas municipais (1911 a 1934).
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Notas Fiscais*. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Miscelâneas.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Obras Públicas*. Fundo: Câmara Municipal/Prefeitura Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Imposto predial, Patrimônio Anuário e Demográfico, Obras Públicas, Ofícios, Petições e Desapropriações.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Obras Públicas*. Fundo: Intendência Municipal; Grupo: Desenvolvimento rural e urbano; Subgrupo: Uso e ocupação do solo e obras públicas (1890 a 1902).
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: s.n., 1889.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Tipografia a Vapor do "Diário da Manhã", 1902.
- RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Tipografia Livro Verde, 1921.

RIBEIRÃO PRETO – BIBLIOTECA PÚBLICA “PADRE EUCLIDES”. *Diário da Manhã*. Ano XVII, jan./jun. 1914.

RIBEIRÃO PRETO – CAMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 57-A, flash 02, nº. 5, 1892-1896.

RIBEIRÃO PRETO – CAMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº. 6, 1896-1900.

RIBEIRÃO PRETO – CAMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 01, nº. 7, 1900-1903.

RIBEIRÃO PRETO – CAMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 02, nº. 8, 1903-1907.

RIBEIRÃO PRETO – CAMARA MUNICIPAL. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº 10, 1912-1917.

RIO DE JANEIRO – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano XIV, jan/jun 1918.

RIO DE JANEIRO – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *A Cidade*. Ribeirão Preto: ano XV, mai./ago. 1919.

SÃO PAULO – ARQUIVO DO ESTADO. *Corriere Italiano*. Ribeirão Preto: ano I, nº. 08, 06.12.1903.

RECIBIDO EL 23 DE JULIO DE 2013

APROBADO EL 15 DE AGOSTO DE 2013